

A ATUAÇÃO DO PROJETO SOCIAL NO COMBATE À POBREZA PELA VIA DA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAXIAS, MARANHÃO

The role of the social project in combating poverty through education for children and adolescents in Caxias, Maranhão

Ronald Pires Rocha

<http://lattes.cnpq.br/5572529927331341>

<https://orcid.org/0000-0002-5976-6428>

DOI: 10.18829/2317-921X.2025.e54860

RESUMO

Este artigo investiga a pobreza e a infância, focando na análise da atuação de um projeto social que combate a pobreza através da educação de crianças e adolescentes no interior nordestino. Realizou-se um estudo de cunho qualitativo, do tipo estudo de caso, em um projeto social na cidade de Caxias/MA. Participaram da pesquisa três agentes que trabalham diretamente com crianças e adolescentes. Os dados empíricos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados mostram que as práticas educativas do projeto são influenciadas por diferentes realidades, concepções e percepções de mundo dos sujeitos envolvidos. A pesquisa revelou que a atuação do projeto envolve tanto aspectos materiais quanto simbólicos. Contribuindo para futuras pesquisas acadêmicas sobre infância e pobreza, este estudo também oferece subsídios para políticas públicas voltadas para esse público.

Palavras-chave: Pobreza, Infância, Educação, Projeto social.

ABSTRACT

This article investigates poverty and childhood, focusing on the analysis of the performance of a social project that combats poverty through the education of children and adolescents in the northeastern interior. A qualitative case study was conducted on a social project in the city of Caxias/MA. Three agents who work directly with children and adolescents participated in the research. Empirical data were obtained through semi-structured interviews. The results show that the project's educational practices are influenced by different realities, conceptions, and perceptions of the world of the subjects involved. The research revealed that the project's performance involves both material and symbolic aspects. Contributing to future academic research on childhood and poverty, this study also provides subsidies for public policies aimed at this audience.

Keywords: Poverty, Childhood, Education, Social project.

1. INTRODUÇÃO

As relações sociais que constituem o objeto deste estudo revelam-se dinâmicas e multifacetadas. O presente trabalho propõe-se a examinar a intervenção de um projeto social no combate à pobreza infantil e juvenil por intermédio da educação, situado em Caxias/MA. A desigualdade e a exclusão social, além de pervasivas, exercem um impacto profundo e duradouro na sociedade brasileira, afetando de modo contundente a vida de inúmeras crianças e adolescentes. Sarmento (2010, p.179) pontua que "não é possível interpretar a pobreza infantil sem associá-la à pobreza geral. Contudo, a pobreza infantil possui dimensões próprias, quando comparada à de outros grupos geracionais."

A necessidade de uma definição precisa acerca da pobreza infantil emerge da multiplicidade de significados encontrados em diversas esferas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Serviço de Estatística da União Europeia (EUROSTAT). Estudos qualitativos revelam-se indispensáveis, complementando as pesquisas quantitativas sobre rendimento familiar, saúde e educação, entre outros aspectos (Sarmento; Trevisan, 2017).

Gontijo e Medeiros (2007) abordam o processo de exclusão social que afeta crianças e adolescentes, destacando o abandono, a miséria e a violência extrema como algumas das facetas mais cruéis desse fenômeno no Brasil. A discussão sobre a pobreza infantil interliga-se intrinsecamente às condições sociais que a engendram. Sarmento reitera que "não é possível associar a pobreza infantil sem relacioná-la à pobreza geral. Porém, a pobreza infantil tem dimensões próprias, quando comparada à de outros grupos geracionais" (Sarmento, 2010, p.179).

À luz dessas reflexões e considerando as atividades desenvolvidas pelo lócus desta pesquisa, emergiu o seguinte problema: como o projeto social atua no combate à pobreza por meio da educação de crianças e adolescentes em Caxias/MA?

Organizado em duas seções, o artigo inicialmente explora as políticas públicas como instrumento de combate à pobreza, com subtópicos que visam debater as transformações no sistema capitalista e a extensão da pobreza na sociedade ocidental, bem como o papel do Estado na mediação dessas políticas.

Na segunda parte, a pesquisa no projeto social é detalhada, apresentando os elementos empíricos e analisando os diversos discursos dos sujeitos que atuam no projeto com crianças e adolescentes.

2. METODOLOGIA

Este estudo configura-se como um estudo de caso de natureza qualitativa, com o intuito de examinar a intervenção de um projeto social na mitigação da pobreza infantil e juvenil mediante a educação, sob a perspectiva dos diversos agentes envolvidos. A abordagem qualitativa é escolhida por permitir uma interpretação minuciosa das relações sociais vigentes e das múltiplas implicações no contexto local.

A pesquisa teve início em junho de 2022, com uma fase exploratória destinada ao reconhecimento do campo na sede do projeto social em Caxias/MA. A seguir, delineiam-se as etapas e técnicas de pesquisa empregadas:

- A. Sistematização Bibliográfica e Documental:** Realização de uma revisão exaustiva da literatura e análise documental para a obtenção de uma compreensão abrangente acerca do funcionamento do projeto social; Exame de materiais teóricos e documentos pertinentes ao tema, para fundamentar teoricamente a pesquisa.
- B. Observação Direta:** Implementação de observação direta continuada ao longo de todo o processo investigativo; Criação de um guia de observação, com registros meticulosos em diário de campo e complementados por registros fotográficos.
- C. Entrevistas Semiestruturadas:** Condução de entrevistas presenciais semiestruturadas com os agentes que atuam diretamente com crianças e adolescentes no projeto; Desenvolvimento de um guia de entrevistas contendo questões semiabertas; Registro complementar das entrevistas por meio de gravação de voz, com o consentimento dos participantes.
- D. Instrumentos de Coleta de Dados:** Guia de observação, com registros detalhados em diário de campo; guia de entrevista com questões abertas, registradas em áudio para garantir a precisão e integridade dos dados coletados.
- E. Análise de Dados:** Transcrição minuciosa das entrevistas para posterior análise e interpretação dos dados, luz do referencial teórico adotado; A análise dos dados permite verificar os resultados emergentes das entrevistas e expandir as relações e descobertas feitas durante a pesquisa.

A metodologia qualitativa adotada é de suma importância para uma interpretação aprofundada e rigorosa dos dados, viabilizando uma compreensão detalhada das práticas e impactos do projeto social no combate à pobreza infantil e juvenil por meio da educação.

3. A POBREZA INFANTOJUVENIL NO BRASIL: ESTRUTURAS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADE SISTÊMICA

A análise do objeto de estudo requer, em um primeiro momento, uma investigação aprofundada das discussões concernentes à pobreza e à infância, fenômenos de centralidade nos debates acadêmicos e sociais, que também figuram nas agendas governamentais de países desenvolvidos e emergentes. A compreensão das estratégias para o enfrentamento desse fenômeno constitui uma preocupação relevante para uma parcela significativa da população, afetada pelas frágeis estruturas sociais de organização do trabalho, que têm experimentado transformações nas últimas décadas devido às mudanças no sistema capitalista (Codes, 2008).

Desde a década de 1980, os avanços nas investigações científicas sobre pobreza e desenvolvimento socioeconômico redirecionaram o enfoque dessas pesquisas, apresentando a pobreza como um fenômeno multidimensional. Esse entendimento abrange não apenas a renda, mas também outros determinantes da vida dos indivíduos, tais como habitação, saneamento básico, educação, trabalho e saúde (Araújo; Moraes; Cruz, 2013; Codes, 2008).

Ao considerar a pobreza no contexto brasileiro, é imperativo levar em conta fatores sócio-históricos e econômicos, como a concentração de terras e riquezas, e questões territoriais, como a especulação imobiliária, que contribuíram significativamente para o agravamento da pobreza no país (Silva et al, 2007). As mudanças no cenário brasileiro no combate à pobreza iniciaram-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que introduziu diversas reformas no sistema político, administrativo e institucional, incluindo a implementação da seguridade social, fruto das lutas dos movimentos sociais, visando ao desenvolvimento e à universalização dos direitos sociais. Subsequentemente, foi instituída a Política de Assistência Social Federal em 1990 (Silva et al, 2007).

Nesse contexto, crianças e adolescentes destacam-se como os grupos mais vulneráveis à extrema pobreza, sendo desproporcionalmente afetados em comparação

aos adultos, especialmente quando considerados fatores regionais e raciais (Unicef, 2022). A necessidade de uma definição precisa da pobreza infantojuvenil deve-se à ambiguidade de significados encontrados em diferentes esferas e perspectivas, que se interligam às condições sociais que as produzem. Sarmiento (2010, p. 179) afirma que "não é possível interpretar a pobreza infantil sem associá-la à pobreza geral. Contudo, a pobreza infantil possui dimensões próprias em comparação com outros grupos geracionais."

É fundamental reconhecer a importância das políticas públicas como mecanismos cruciais para o desenvolvimento do público infantojuvenil no Brasil, independentemente da faixa etária. A participação do Estado é imprescindível nesse processo, garantindo a implementação e o fortalecimento de políticas que tenham um impacto significativo na vida desses indivíduos, especialmente os em situação de vulnerabilidade social.

A priorização e a sistematização das políticas públicas voltadas à população jovem no Brasil reorientaram as exigências estruturais para atender crianças em situação de extrema pobreza, com o objetivo de garantir a proteção integral e universal dos jovens, em consonância com tendências internacionais (Mendonça, 2002). Assim, destaca-se a interferência do Estado e de suas instituições na manutenção das relações sociais, bem como na abordagem de problemas sociais como pobreza, desigualdade, educação e regulação da vida social.

Santos (1999) discute a presença de antinomias na modernidade, onde os conceitos de desigualdade e exclusão social adquirem novas dimensões em comparação com sociedades anteriores. A modernidade capitalista promove a igualdade, a liberdade e a cidadania, enquanto simultaneamente perpetua a desigualdade social. Segundo Santos, tanto a igualdade social quanto a exclusão social são componentes de estruturas hierarquizadas: a primeira se baseia na integração socioeconômica, enquanto a segunda se fundamenta na exclusão, onde "quem está embaixo está fora" (Santos, 1999, p. 2).

A relação entre desigualdade e exclusão social é complexa, com a desigualdade ligada ao campo socioeconômico e a exclusão fomentada por fenômenos culturais e sociais. A regulação capitalista moderna cria mecanismos que permitem controlar ou manter esses processos dentro de certos limites, estabelecendo um universalismo que combate a desigualdade e a exclusão social de forma diferenciada: o antidiferencialista nega as diferenças, enquanto o diferencialista as absolutiza, tornando-as incomparáveis (Santos, 1999).

O universalismo resulta na constante inferiorização de grupos sociais, naturalizando a dominação e perpetuando a desigualdade e a exclusão. Na perspectiva de Boaventura, o universalismo antidiferencialista atua como um dispositivo ideológico que, sob a ótica capitalista, perpetua essas condições. Nas configurações capitalistas, o Estado emprega políticas sociais para combater a desigualdade e a exclusão, frequentemente criando políticas homogêneas que não consideram as especificidades culturais e sociais dos diferentes grupos. A divisão social se manifesta em duas realidades distintas: a do "lado de cá da linha" e a do "outro lado da linha", onde o último é produzido como inexistente e irrelevante (Santos, 2007, p. 71).

Boaventura de Sousa Santos destaca dois aspectos principais relacionados aos programas sociais e à educação. Primeiro, a universalização antidiferencialista, que reproduz as desigualdades sociais ao criar programas que ignoram as subjetividades culturais e regionais. O segundo ponto, a prevalência de um conhecimento hegemônico na educação, que exclui os conhecimentos locais e perpetua a exclusão social, mantendo crianças e adolescentes em posições subalternas (Santos, 1999). Dentro dos espaços institucionais, essa hegemonia do conhecimento é tão internalizada que passa despercebida tanto pelos educadores quanto pelos educandos, que são moldados por suas experiências e contextos sociais.

As instituições públicas exercem diferentes funções (educacionais, culturais, psicológicas etc.), organizando-se administrativamente para garantir o bom funcionamento do sistema. Nesse processo, é crucial considerar as inter-relações sociais entre os diversos sujeitos nesses espaços e a maneira como se organizam e comunicam, influenciando a eficácia das políticas públicas e suas implicações sociais.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ANÁLISE DO PROJETO SOCIAL EM CAXIAS, MARANHÃO: UM ESTUDO DE CASO

A cidade de Caxias, localizada no estado do Maranhão, situa-se na mesorregião do leste maranhense e na microrregião do Itapecuru. Com origens nos povos indígenas Timbiras e Gamelas, Caxias possui atualmente uma população estimada em 166.159 habitantes, sendo a quinta maior cidade do estado em termos populacionais, conforme dados do IBGE de 2022. Conhecida popularmente como a "princesa do sertão maranhense", a cidade abriga diversos equipamentos administrados pela Secretaria

Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Este estudo foca em um projeto social localizado neste cenário, que serve como lócus da pesquisa.

O projeto social opera segundo o regimento do Serviço de Proteção Básica, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sob a tipificação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Com base em entrevistas realizadas com a equipe técnica em julho de 2022 e análise documental, identificou-se que o projeto atende crianças e adolescentes de baixa renda, devidamente matriculados em instituições escolares e registrados no Cadastro Único. Esses jovens são denominados "usuários" do projeto.

Para fins de discussão, conforme o Art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Brasil, 1990). Durante o período da pesquisa, o projeto contava com 14 funcionários, incluindo vigilantes, orientadores sociais, auxiliar administrativa, auxiliares de limpeza, manipuladora de alimentos, professores de dança, esporte e capoeira. O funcionamento ocorria de segunda a quinta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h, com a sexta-feira reservada para planejamento.

Um dos critérios para a inserção das crianças e adolescentes no projeto é a condição de vulnerabilidade socioeconômica. No período da pesquisa, 87 crianças e adolescentes estavam matriculados no projeto, distribuídos entre os turnos matutino e vespertino. Além do acompanhamento escolar, o projeto desenvolve atividades como aulas de capoeira, dança e esportes, além de estabelecer parcerias com a Unidade Básica de Saúde e a ronda militar para palestras sobre temas como gravidez na adolescência, drogas e violência. O reforço escolar é oferecido para tarefas encaminhadas pelas escolas ou elaboradas pelos orientadores sociais.

As atividades de dança e capoeira ocorrem em dias diferentes, cabendo à criança ou adolescente escolher participar de uma ou ambas. Quando algum jovem resiste a participar de uma atividade, busca-se dialogar para identificar e superar a resistência. A abordagem da realidade do sujeito é fundamental, conforme destaca um agente:

"(...) então a gente é flexível, vamos trabalhando de acordo com, por exemplo, está falando só palavras pejorativas, a gente volta e vamos trabalhar em cima daquilo ali. Porque não adianta a gente trabalhar só coisas que estão distantes da realidade deles, se não fica chato" (Agente B, 2022).

Santos (2010) enfatiza a necessidade de romper com a monocultura do conhecimento hegemônico e promover uma relação de saberes entre o científico e os

demais, a fim de superar a exclusão dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos, ligada ao processo estrutural excludente (político e cultural). O projeto procura estabelecer parcerias com diferentes entidades para que profissionais de diversas áreas possam palestrar e compartilhar conhecimentos com os sujeitos.

Desse modo, analisou-se que, das atividades externas ao projeto nos anos entre 2018, 2019 e 2021, 72% das atividades foram de apresentação de capoeira e danças como carimbó e dança africana; 20% foram momentos de lazer como passeios e outros; 8% foram participação em campeonatos esportivos. Como pode-se observar, o projeto desenvolveu várias atividades externas que reforçam as crianças e adolescentes a vivência de outros meios socializadores, pois do ponto de partida da organização do espaço urbano, a distribuição geográfica no qual as famílias estão inseridas influencia fortemente na segregação e a falta de políticas públicas de alojamento acabam por perpetuar ainda mais essa realidade construindo espaços vazios de referências (Silva; Neto; Cassuce, 2017).

Dois pontos distintos se destacam nos momentos socializadores de natureza educacional: a realização de várias atividades externas reforça a vivência de outros meios socializadores para crianças e adolescentes, influenciando a segregação urbana e a falta de políticas públicas de alojamento que perpetuam a realidade de espaços vazios de referências (Silva; Neto; Cassuce, 2017).

Santos (2010) argumenta sobre a prevalência de um conhecimento hegemônico que não considera o "outro lado da linha", ou seja, o conhecimento dos sujeitos a partir de suas vivências. Este conhecimento hegemônico perpetua a exclusão social e impede o autoconhecimento e a valorização das subjetividades dos sujeitos, mantendo crianças e adolescentes em posições subalternas.

A exclusão do conhecimento produzido pelo sujeito em detrimento do conhecimento científico pode impossibilitar o autoconhecimento e assegurar uma estrutura pautada na exclusão e desigualdade social. Na perspectiva de Santos (2010), dois pontos norteadores são essenciais para pensar os programas sociais e a educação: a universalização antidiferencialista, que reproduz desigualdades sociais em níveis mais toleráveis sem considerar as subjetividades culturais e regionais; e a prevalência de um conhecimento hegemônico que ignora o conhecimento dos sujeitos, perpetuando um sistema de subalternização.

A partir dos discursos e práticas analisados, que incluem leis, normativas e relatórios de atividades desenvolvidas no projeto social entre 2018 e 2021, compreende-

se que as regulamentações e práticas impactam significativamente a vida das crianças e adolescentes frequentadores da instituição. O projeto desenvolve atividades como reforço escolar, capoeira, dança, esportes e orientação social, além de estabelecer parcerias para palestras sobre diversas temáticas.

A escuta ativa é fundamental para identificar as facetas da pobreza e os problemas enfrentados pelas crianças e adolescentes, proporcionando-lhes a sensação de serem ouvidos e valorizados. A atenção dada a esse público é destacada por um agente:

"A gente sempre procura está dando o melhor para eles, aquele carinho, está escutando, está dando aquela atenção, porque notamos isso, aquela necessidade de ser escutado, de ser notado, de se achar importante. Tem criança e adolescente que às vezes tem receio de chegar e abraçar" (Agente A, 2022).

O trabalho de escuta é essencial para identificar problemas atrelados à realidade dos sujeitos, conforme destacado: "Trabalhar com crianças que são vulneráveis, é preciso ter muito malabarismo, tem que compreender. Quando você é paciente, saber ouvir, eles chegam e se abrem" (Agente B, 2022).

A vulnerabilidade material é marcante no contexto do projeto, afetando as diferentes realidades das crianças, adolescentes e suas famílias. Um agente destaca a gravidade da situação econômica:

"Essa questão econômica é a questão mais séria que temos aqui (...) além disso, há uma pobreza terrível, passavam fome, o projeto aqui chegou já a fazer cestas básicas para levar, sabe. Chegava lá e nem o arroz branco tinha para comer, essas 5 crianças que vinham para o projeto, fora que ainda tinham os outros lá. Então tem situação aqui que pelo amor de Deus, é muito triste" (Agente B, 2022).

A compreensão da vulnerabilidade das crianças e adolescentes que frequentam o espaço resulta na concepção de um dever coletivo para assegurar sua proteção. Um agente reforça a importância do trabalho conjunto:

"Todos nós somos responsáveis, não vou jogar a responsabilidade só para os pais, nem para prefeitura, e nem para secretaria de assistência porque é um trabalho em conjunto, é o trabalho da assistência, é o trabalho do projeto em si e dos funcionários e é um trabalho da família e da comunidade" (Agente A, 2022).

A vulnerabilidade se estende não apenas às questões materiais, mas também à afetividade e falta de incentivo: "muitas dessas crianças e adolescentes são carentes de

afeto e falta de incentivo para eles estarem e ir em busca dos seus objetivos" (Agente, 2022).

O projeto já vivenciou casos de membros dos grupos familiares solicitarem ajuda por falta de alimentos básicos para a subsistência. As despesas de alimentos no projeto são feitas a partir do quantitativo de usuários frequentando o espaço, este pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

A manutenção do material alimentício é feita semanalmente. A ocorrência específica contemplou não somente o usuário do projeto, mas impactou diretamente no grupo familiar. A ação imediata para sanar o problema relatado, resultou na montagem de uma cesta básica a partir do material no projeto, a partir da compreensão da gravidade e da necessidade da situação.

“Quando aconteceu esse episódio da mãe dizer que não tinha o que comer, eu liguei para a secretaria e falei que iria está retirando do nosso estoque, fiz uma cesta e entreguei. Porque era uma coisa bem rápida, porque até eu seguir aquele procedimento todo burocrático, é aquela coisa, a fome não espera, se fosse alguma outra coisa dava pra fazer essa coisa mais formalizada” (Agente A, 2022).

Esses casos vivenciados não se deram apenas com uma família. Durante a pandemia do COVID-19, a distribuição de cestas básicas foi intensificada mediante a suspensão das atividades presenciais que exigiam o momento. Com os alimentos que chegavam ao projeto, foram montadas cestas e distribuídas às famílias das crianças e adolescentes do projeto. No entanto, os problemas provocados pela falta de alimentos não são exclusivos do bairro, neste aspecto, priorizavam famílias mais vulneráveis da falta de subsistência alimentícia. Nesse sentido, a pobreza como fator de uma sociedade desigual expõe uma série de problemas, assim, alguns desses problemas podem ser identificados dentro mesmo do projeto.

Um fator muito importante na identificação das facetas da pobreza e dos problemas relacionados aos problemas vivenciados pelas crianças e adolescentes é o ato de ouvir, em proporcionar às crianças em ser escutado. A atenção à criança e adolescente proporciona a esse público a importância como sujeito.

“A gente sempre procura está dando o melhor para eles, aquele carinho, está escutando, está dando aquela atenção, porque notamos isso, aquela necessidade de ser escutado, de ser notado, de se achar importante. Tem criança e adolescente que às vezes tem receio de chegar e abraçar (Agente A, 2022)”.

Os trabalhos de escutas se constituem como uma das principais ações desenvolvidas pelos agentes para identificação de muitos problemas atrelado a realidade dos sujeitos, como destaca a orientadora social “Trabalhar com crianças que são vulneráveis, é preciso ter muito malabarismo, tem que compreender. Quando você é paciente, saber ouvir, eles chegam e se abrem” (Agente C, 2022).

A compreensão da situação de vulnerabilidade das crianças e adolescentes que frequentam resulta concepção de dever a partir do trabalho conjunto com a finalidade de assegurar a proteção desses sujeitos

“Todos nós somos responsáveis, não vou jogar a responsabilidade só para os pais, nem para prefeitura, e nem para secretaria de assistência porque é um trabalho em conjunto, é o trabalho da assistência, é o trabalho do projeto em si e dos funcionários e é um trabalho da família e da comunidade (Agente C, 2022)”.

De acordo com o ECA, prevê no Art. 4º a integral responsabilidade do Estado, da família e da sociedade a proteção dos sujeitos quanto a integridade em Dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

A vulnerabilidade pode ser estendida não somente pelas questões materiais, mas também a afetividade e a falta de incentivo “muitas dessas crianças e adolescentes são carentes de afeto e falta de incentivo para eles estarem e ir em busca dos seus objetivos” (Agente B, 2022). Assim, o trabalho que parte da abordagem da realidade do próprio sujeito é imprescritível levando em consideração o conhecimento do próprio sujeito

“(...) então a gente é flexível, vamos trabalhando de acordo com, por exemplo, está falando só palavras pejorativas, a gente volta e vamos trabalhar em cima daquilo ali. Porque não adianta a gente trabalhar só coisas que estão distantes da realidade deles, se não fica chato” (Agente C, 2022).

Santos (2010) destaca que é necessário sair da monocultura do conhecimento hegemônico e promover a relação de saberes, entre o científico e os outros saberes, a fim de superar a redução e exclusão dos conhecimentos produzido pelos sujeitos, no qual está ligado ao processo excludente estrutural (político e cultural).

Assim, a partir dos diferentes discursos dos sujeitos que atuam com as crianças e adolescentes no projeto social, evidenciam-se as diferentes realidades, concepções e

visões de mundo em sua subjetividade. Castro e Abramovay (2002) salientam que as novas análises sobre vulnerabilidade social buscam compreender as subjetividades e contextos sociais dos diferentes grupos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a atuação do projeto social no combate à pobreza entre crianças e adolescentes em Caxias – MA. A partir das diferentes perspectivas e discursos dos sujeitos diretamente envolvidos com o projeto, foi possível compreender a importância histórica da socialização, entendida como um processo contínuo ao longo da vida, fruto da interação em diversos contextos.

No âmbito infanto-juvenil, as privações materiais, simbólicas, culturais e relacionais constituem desvantagens significativas para a integração social bem-sucedida. A realidade da pobreza tende a perpetuar a insuficiência na aquisição de valores e competências exigidos pela sociedade e pelas instituições intermediárias. Esse contexto contribui para a marginalização social dos sujeitos, resultando em carências, limitações e interrupções no acesso a recursos essenciais, o que culmina em violações de direitos e na exclusão de crianças e adolescentes do exercício pleno da cidadania.

As condições materiais são fundamentais para o bem-estar; contudo, a pobreza infantil não se restringe a esse aspecto. O acesso a diversos recursos é crucial para o exercício dos direitos fundamentais, variando em significado para cada criança e adolescente. A noção de pobreza abordada neste estudo considera as ações e relações no espaço. O funcionamento do projeto social vai além das burocracias e da estrutura hierárquica de um programa, sendo moldado também pelo poder das relações que podem configurar e subalternizar os conhecimentos provenientes dos participantes.

Historicamente, as percepções sobre a infância, especialmente a dos mais pobres, associavam essas crianças ao mundo do crime, resultando em constantes violações de direitos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Em 1990, com a participação de movimentos sociais, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando a proteção integral e reconhecendo o dever do Estado, da família e da sociedade em garantir os direitos das crianças e adolescentes.

Este estudo buscou demonstrar as principais concepções dos sujeitos que atuam diretamente com as crianças e adolescentes, evidenciando como o processo educacional

em espaços não escolares impacta a vida dos participantes por meio das atividades desenvolvidas. Assim, ficou claro que a atuação do projeto social se baseia na identificação das vulnerabilidades e fragilidades enfrentadas pelos jovens, atuando preventivamente para evitar a efetivação de violações de direitos.

Portanto, as análises realizadas confirmam a relevância de intervenções sociais que visem não apenas a mitigação das privações materiais, mas também a promoção de um ambiente de socialização e desenvolvimento integral para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAÚJO, Jair Andrade de; MORAIS, Gabriel Alves de Sampaio; CRUZ, Mércia Santos. Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará. *Revista Ciências Administrativas*, [S. l.], v. 19, n. 1, pp. 85-120, 2014. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/3360>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Orgânica** nº 12. 435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8. 742, de 7 de setembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 25 nov 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de pesquisa**, p. 143-176, 2002.

CODES, Ana Luiza Machado. Modelagem de Equações Estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil, 2008.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. S113-S120, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES, Centro de Estudos Sociais, Coimbra: janeiro, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: **Cortez**, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Pobreza Infantil: Factos, Interpretações e Desafios Políticos; In: SARMENTO, Manuel Jacinto & VEIGA, Fatima (Org). *Pobreza Infantil: Realidades, Desafios, Propostas*. V.N. Famalicão: Edições Húmus, 2010. pp. 179-191.

SARMENTO, Manuel Jacinto; TREVISAN, Gabriel. A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. **Educar em revista**, p. 17-34, 2017.

SILVA, Maria Ozanira et al. A pobreza no Brasil e na Argentina: dimensão e políticas de enfrentamento. *Revista de Políticas Públicas*, v. 11, n. 2, p. 171-194, 2007.

SILVA, Raniella Orquiza; NETO, Waldemiro Peterle; CASSUCE, Francisco Carlos da Cunha Trabalho infantil e pobreza: uma análise no contexto de recessão econômica brasileira. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 40, 2017.

UNICEF. Pobreza infantil monetária no Brasil: Impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes. UNICEF março, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/17881/file/pobreza-infantil-monetaria-no-brasil.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.